



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE PEDAGOGIA

JEAN DE OLIVEIRA BARBOSA

**“CO YVY ORE RETAMA”?:
QUEM E QUAIS SÃO AS DIFICULDADES DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT) – PALMAS**

PALMAS

2022

JEAN DE OLIVEIRA BARBOSA

“CO YVY ORE RETAMA”?:
QUEM E QUAIS SÃO AS DIFICULDADES DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT) – PALMAS


Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Palmas para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob orientação da Professora Doutora Patrícia Medina.

Orientadora: Doutora Patrícia Medina

PALMAS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B238  Barbosa, Jean de Oliveira.
“co yvy ore retama”? - quem e quais as dificuldades dos alunos de
pedagogia da universidade federal do tocantins (uft) palmas. / Jean de
Oliveira Barbosa. – Palmas, TO, 2022.
29 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Pedagogia, 2022.

Orientadora : Patrícia Medina

1. Acesso e permanência. 2. Ensino superior. 3. Alunos indígenas. 4.
Perfis dos alunos de pedagogia. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

JEAN DE OLIVEIRA BARBOSA

**“CO YVY ORE RETAMA”?:
QUEM E QUAIS SÃO AS DIFICULDADES DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT) – PALMAS**

O artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas - TO, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagogo, e aprovado em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora. .

Data de aprovação: 03/06/2022. Assina esta ata a professora orientadora pelo demais componentes da banca, conforme art. 56-A da Resolução n.º 13, de 22 de Março de 2017.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA MEDINA
Data: 18/10/2022 12:12:12-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.ª Dr.ª Patrícia Medina – UFT
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA MEDINA
Data: 18/10/2022 12:13:58-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.ª Dr.ª Maria Santana F. dos S. Milhomem
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA MEDINA
Data: 18/10/2022 12:16:11-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.ª Dr.ª Denise de Barros Capuzzo - UFT
Avaliadora

PALMAS, 2022

RESUMO

O acesso da população indígena aos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins é garantido desde a criação da instituição, em 2003. A permanência e o êxito são desafios desde lá. Este artigo resulta de pesquisa realizada no campus Palmas, com os alunos indígenas vinculados ao curso de Pedagogia, em 2019; aprovada pelo CEP, sob CAEE 51942221.3.0000.5519, envolvendo seis dos nove alunos mediante estudo descritivo com coleta de dados diretamente com os sujeitos; e orientada pelos pressupostos metodológicos da abordagem fenomenológica: i) descrever os achados, tendo em vista a colaboração com o processo de gestão do curso no sentido de subsidiar os professores com elementos que permitam compreender a realidade; ii) indicador de gestão, processos de avaliação interna e externa, expressos no documento, vivida pelos alunos; e iii) desenvolver processos formativos de ensino e aprendizagem que repercutam no bem-estar, pertencimento e desempenho dos alunos. Os resultados indicam que fatores econômicos e dificuldades de acesso à informação impactam sobre o desempenho, pois dificultam o acesso ao campus e repercutem sobre a aquisição de equipamentos necessários à condução da aprendizagem. Outro elemento determinante é a sensação de não pertencimento à universidade e ao curso, o qual reverbera sobre a motivação e a frequência. Em resposta são elencadas e sugeridas ações já desenvolvidas em outras universidades como estratégias de enfrentamento, que estão relacionadas ao acolhimento, integração, conhecimento e consideração pelo que precisam para atingir os patamares requeridos pelos indicadores de desempenho universitário e a realização das suas expectativas.

Palavras-Chave: Acesso e Permanência. Ensino Superior. Alunos Indígenas. Perfis dos Alunos do Curso de Pedagogia

ABSTRACT

The indigenous population's access to undergraduate courses at the Federal University of Tocantins has been guaranteed since the institution's creation in 2003. Permanence and success have been challenges ever since. This article is the result of research carried out on the Palmas campus, with indigenous students linked to the Pedagogy course, in 2019; approved by the CEP, under CAEE 51942221.3.0000.5519, involving six of the nine students through a descriptive study with data collection directly with the subjects; and guided by the methodological assumptions of the phenomenological approach: i) describe the findings, with a view to collaborating with the course management process in order to subsidize teachers with elements that allow them to understand reality; ii) management indicator, internal and external evaluation processes, expressed in the document, experienced by students; and iii) develop formative teaching and learning processes that impact on the well-being, belonging and performance of students. The results indicate that economic factors and difficulties in accessing information have an impact on performance, as they make access to the campus difficult and affect the acquisition of equipment necessary for conducting learning. Another determining element is the feeling of not belonging to the university and the course, which reverberates on motivation and attendance. In response, actions already developed in other universities are listed and suggested as coping strategies, which are related to reception, integration, knowledge and consideration for what they need to reach the levels required by university performance indicators and the fulfillment of their expectations.

Keywords: Access and Permanence. University education. Indigenous Students. Pedagogy Course Student Profiles

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	HISTÓRIA E IDENTIDADE DO CURSO DE PEDAGOGIA.....	9
3	OS PARTICIPANTES DO ESTUDO	11
4	SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA A PARTIR DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA PALMAS.....	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
	REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

“CO YVY ORE RETAMA”, esta é a frase grafada na parte superior da coroa de louros, do brasão de armas do estado do Tocantins. Originária do Tupi-Guarani, a frase significa “Esta terra é nossa”. O Tocantins tem a quinta maior população indígena da Região Norte do Brasil.

No Tocantins, a população indígena está distribuída em sete etnias: Karajá, Xambioá, Javaé (que formam o povo Iny) e os Xerente, Krahô Canela, Apinajê e Pankararú. Eles se distribuem em mais de 82 aldeias, em municípios localizados em 6 Regiões de Saúde: Bico do Papagaio; Médio Norte Araguaia; Cerrado Tocantins Araguaia; Capim Dourado; Cantão e Ilha do Bananal. Nos municípios de Cachoeirinha, Formoso do Araguaia, Goiatins, Itacajá, Lagoa da Confusão, Maurilândia do Tocantins, Sandolândia, Santa Fé do Araguaia, São Bento do Tocantins, Tocantínia e Tocantinópolis. São 11.410 indígenas entre aldeados e cidadãos, equivalendo a 1% da população geral do Estado.

O povo tocaninense carrega muitas características da cultura desses povos. As influências podem ser percebidas principalmente na língua, na culinária, no artesanato, nos nomes de municípios do Estado, como Miracema, Xambioá e Axixá do Tocantins, que respectivamente significam: “saída de peixes”, “pássaro veloz” e “fruto semelhante a mão ou punho fechado” (ANDRADE, 2006)

Na Universidade Federal do Tocantins (UFT), os povos indígenas estão presentes. Desde 2004, instituiu-se o Sistema de Cotas para os estudantes indígenas, sendo a primeira universidade brasileira efetivamente a realizar tal feito. Com alunos presentes em todos os campus, a universidade desenvolve ações e políticas para garantir o acesso do aluno indígena no ensino superior; entretanto, mesmo com todo o avanço das políticas de acesso e democratização do ensino superior, a permanência e a conclusão com êxito é um aspecto desafiador a todas as partes interessadas.

A criação da Universidade Federal do Tocantins foi instituída pela Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, e efetivo funcionamento em maio de 2003, com a posse dos seus primeiros professores. Com uma estrutura multicampi, a Universidade Federal do Tocantins está presente em cinco cidades¹ e em todas as regiões do estado do Tocantins. Possui 57 cursos de graduação

¹ A Universidade Federal do Tocantins possui campus nas cidades de Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional. A Lei nº 13.856, de 9 de julho de 2019, criou então a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), resultado do desmembramento dos campus de Araguaína e de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins, que antes somava sete campus. A Universidade Federal do Norte do Tocantins está em efetivo

e 30 programas de pós-graduação, e tem por missão “[...] formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade” (PDI 2021-2025).

Nesse contexto, os cursos de licenciaturas – orientados à formação de professores – são desenvolvidos em todos os campus da universidade, de forma presencial ou por meio do Ensino à Distância (EaD), sendo eles: ABI-Letras Língua Portuguesa e Literaturas; ABILetras Língua Portuguesa e Literaturas ou Língua Inglesa e Literaturas; Biologia; Física; Geografia; História; Matemática; Química; Pedagogia; Educação Física; Filosofia; Teatro e Ciências Sociais.

O curso de Pedagogia é desenvolvido em quatro campus: Arraias, Miracema, Palmas e Tocantinópolis. A investigação que dá origem a este artigo enfoca o curso de Pedagogia do campus de Palmas cujo corpo docente é composto por 25 professores, sendo 18 doutores e 7 mestres (UFT, 2020). A missão do curso, segundo o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é

Formar, prioritariamente, profissionais para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental com conhecimento profundo da dinâmica da sociedade, da educação, dos sistemas de ensino e da escola como realidades concretas de um contexto histórico-social. (PPC Pedagogia – Palmas/UFT, 2007).

Anualmente ingressam no curso, quarenta novos alunos – vinte por meio de vestibular próprio, organizado pela Comissão Permanente de Seleção (Copese/UFT) e vinte pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC). Dentre os alunos, observa-se maior presença das mulheres do que dos homens, em relação a matrículas e a permanência no curso. O mesmo fenômeno ocorre com os alunos indígenas, atualmente (2021) treze estudantes de diferentes etnias estão matriculados no curso, sendo sete mulheres e seis homens.

A motivação para realização da pesquisa resulta das vivências ocorridas durante a participação no Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) (1º e 2º semestres do ano de 2019), quando se evidenciou baixíssima participação dos alunos indígenas, mesmo após aplicação de procedimentos de busca ativa reiterada e variada de meios, sendo eles: emails, disparos via aplicativos de mensagens (WhatsApp/Meta), *flyers* estrategicamente dispostos, sobretudo nos corredores dos blocos onde as aulas do curso ocorriam, refeitório e sala de estudos dos alunos, ambiente que também foi visitado. Mesmo assim não obtivemos êxito com a monitoria propriamente dita, uma vez que não se efetivou por falta de envolvimento dos interessados que não compareciam nem aceitavam assessoria de modo remoto.

funcionamento, desde 9 de julho de 2020, com a nomeação do corpo reitoral e atualmente, encontra-se em processo de transição. (Informações do *Web Site* da Universidade Federal do Tocantins).

O Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico. Embora o monitor cumprisse sua carga horária devidamente como prevista no Edital, sem a participação e procura dos alunos, não haveria razões para a manutenção.

Nesse contexto, surge a problemática que envolve conhecer os alunos indígenas e as variáveis que envolvem o acesso e a permanência destes, e indiretamente entender as razões pelas quais não buscavam apoio e suporte do Monitor PIMI, para produzir conhecimento que colabore com a Coordenação do Curso no processo de gestão de ações mais personalizadas para eles, a fim de que não evadam, tenham mais envolvimento com a sua formação, sintam-se mais pertencentes e possam melhor usufruir de tudo aquilo que a universidade tem a oferecer.

Trata-se de pesquisa descritiva, aprovada pelo CEP, cujos dados foram obtidos a partir de questionário semiestruturado.

Este artigo foi organizado em três seções. Na primeira, denominada “História e Identidade”, trataremos um pouco da história do curso de pedagogia no Brasil e a função do curso de pedagogia para a sociedade. Em seguida, apresentaremos os participantes da pesquisa, os procedimentos metodológicos do trabalho e o perfil do aluno indígena no curso.

Por fim, em “Notas Sobre Acesso e Permanência”, são feitos os apontamentos fundamentados a partir das reflexões advindas dos resultados.

2 HISTÓRIA E IDENTIDADE DO CURSO DE PEDAGOGIA

“Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?”, esta é uma questão levantada por Libânio, na obra de mesmo nome, que objetiva a refletir acerca do papel social da pedagogia e dos pedagogos. Para o autor, a sociedade desconhece a importância da pedagogia para a educação, confunde apenas com o ato de ensinar:

A idéia (sic) de senso comum, inclusive de muitos pedagogos, é a de que Pedagogia é ensino, ou melhor, o modo de ensinar. Uma pessoa estuda Pedagogia para ensinar crianças. O pedagógico seria o metodológico, o modo de fazer, o modo de ensinar a matéria. Trabalho pedagógico seria o trabalho de ensinar, de modo que o termo *pedagogia* estaria associado exclusivamente a ensino (LIBÂNEO, 2001).

Para o autor há uma explicação para esse pensamento. Segundo ele, no Brasil existe uma tradição na formação de professores, em que o pedagogo obrigatoriamente ensina algo.

Tradição esta que teria surgido por volta da década de 30, com os “pioneiros da educação nova”, os quais tomaram por entendimento que o curso de pedagogia formaria professores para as séries iniciais da escolarização obrigatória (LIBÂNEO, 2001).

Essa errônea ideia, confunde até mesmo aqueles que formam outros professores. A pedagogia é muito mais sobre os processos educativos, do percurso que se leva para ensinar, do que o ato de ensinar em si: “Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais” (LIBÂNEO, 2001, p.06.). Tal definição é necessária, pois nos utilizaremos da pedagogia, assim como definida por Libâneo, para compreendermos os fenômenos encontrados no decorrer desta pesquisa.

Outro aspecto singular do Curso de Pedagogia, das instituições de ensino superior brasileiras, sejam elas públicas ou privadas, modalidade presencial ou à distância, em suas mais variadas configurações, é composto, majoritariamente pela presença feminina. “Das pessoas matriculadas em pedagogia, 93% são mulheres, 52,4% estão em cursos à distância e oito em cada dez estudam na rede privada” (MORENO, G1, 2017).

Entretanto, a educação, antes de ser “direito de todos, dever do Estado e da família, ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como estabelece o art. 205 da Constituição Federal de 1988, historicamente se configurou como mecanismo de exclusão e de criação de uma elite culta, masculina e religiosa, pois independentemente de as mulheres, desde a época do Brasil Colônia, serem brancas ou negras, ricas ou pobres, indígenas ou escravizadas, eram impedidas de ter acesso à leitura e à escrita (FERNANDES, 2019), edificando uma trajetória histórica de limitações com impedimentos ao acesso, pois não havia escolas para mulheres até 1863; inicialmente, lhes era negada aprendizagem de cálculo, mas não tarefas domésticas e puericultura² (IBGE, ESTATÍSTICA DE GÊNERO, 2019), o que talvez explique que atualmente mais de 90% dos alunos do curso de Pedagogia sejam mulheres e apenas 14% sejam as alunas mulheres em cursos de Sistemas de Informação. É, portanto, um avanço que as mulheres estejam presentes na universidade

² Estudo dos cuidados e o acompanhamento do desenvolvimento infantil.

buscando uma formação, realização pessoal ou profissional, e encontrarem também, na docência, na prática educativa, na educação, essa oportunidade assim como é na saúde, ciência, nos esportes, assistência social e em cargos de liderança (IBGE, 2019, *online*) Na atualidade, o que ocorre em outras instituições de formação de professores no Brasil, também se dá na Universidade Federal do Tocantins (UFT), que abriga, em seu curso de Licenciatura em Pedagogia no campus Palmas, mais discentes mulheres do que homens. Dos 346 alunos vinculados ao curso, 279 são mulheres e apenas 67 são homens (Dados do Sistema de Informações Educacionais (SIE-UFT)).

A primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil partiu de um indígena, que pediu ao padre Manoel de Nóbrega que ensinasse sua mulher a ler e a escrever. Os indígenas estranhavam a diferença de oportunidades educacionais entre homens e mulheres, visto que estas eram consideradas companheiras (FERNANDES, 2019).

Fernandes refere-se ao tempo em que a “Companhia de Jesus” andava pelas terras recém-descobertas do Brasil, realizando atividades missionárias. A ordem religiosa, por meio dos padres Jesuítas, foi a responsável pela construção das primeiras escolas à época da colônia (SOUSA, s.d.). Embora tenha sido um homem o responsável por pedir instrução para as mulheres de sua época, a partir do momento que adquirem esse direito alcançado pelas reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, entre 1750-1777, pelas quais as mulheres passam a poder frequentar a dita “escola de primeiras letras”, chegando em 1879, quando o governo imperial passa a permitir a chegada de mulheres às faculdades, estas encontram na educação, um instrumento de luta e busca por igualdade de direitos na sociedade (FERNANDES, 2019).

Na contemporaneidade, as mulheres se fazem presentes majoritariamente nas universidades, pois resulta que 19,4% das mulheres na faixa dos 25 anos possuem ensino superior completo, contra 15,1% dos homens na mesma idade (IBGE, 2021). Sacchi (2003) afirma que as alunas indígenas, encontram no “estar” na universidade uma forma de resistência e luta por direitos: “[...] as lutas por direitos próprios de gênero das mulheres indígenas dialogam com as lutas gerais dos povos indígenas, mas também têm levantado debates direcionados a uma perspectiva de direitos da mulher indígena” (SACCHI, 2003).

3 OS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Neste espaço acompanharemos como de fato se deram a pesquisa e os procedimentos adotados e até aonde a pesquisa nos levou (ou se não nos levou a lugar algum). Previa-se inicialmente que a coleta de dados ocorresse por meio de dois instrumentos, um questionário semiestruturado (aplicado via formulário do *Google Forms*) e entrevistas (mediadas por plataformas de áudio/vídeo) com aqueles que desejassem, num segundo momento. Devido à dificuldade observada já na etapa do questionário (demora ou ausência de resposta/retorno nos e-mails enviados), optamos por não dar continuidade ao processo das entrevistas, pois a universidade estava em atividade remota devido à Pandemia de Covid-19, que dificultou a comunicação, haja vista os participantes terem regressado para as aldeias, assim como muitos alunos às suas cidades de origem; entretanto, ao acessar os dados obtidos nos questionários, identificou-se que as perguntas foram respondidas com extrema objetividade, o que impediu-nos de identificar as possíveis razões para a baixa participação nas atividades de monitoria, inquietação originária do estudo, e, em resposta, foi realizada uma ligação telefônica para todos os alunos, bem como uma pergunta diretamente sobre a questão.

O questionário continha perguntas divididas em três blocos principais: características identitárias, condições de transporte e moradia e questões relacionadas ao curso de Pedagogia e à universidade em dezenove perguntas, das quais dez eram objetivas, com opções para escolhas, e nove de respostas livres. Estavam aptos a participarem da pesquisa nove alunos. Porém, após duas tentativas de contato via e-mail, e, então termos partido para uma tentativa de contato pelo aplicativo de mensagens WhatsApp/Meta, apenas seis alunos responderam às nossas indagações.

Antes de observarmos os dados obtidos, faz-se necessário que tenhamos em mente a unicidade de cada indivíduo, sabendo que cada um absorve e encara diferentes situações de diferentes maneiras. É preciso observar o contexto histórico-social-econômico em que essas pessoas estão inseridas, para então tentar compreender suas respostas. Como nos evidencia Silvia Lane:

Indivíduo e sociedade são inseparáveis, segundo a dialética, pois o particular contém em si o universal; deste modo, se desejamos conhecer cientificamente o ser humano, é necessário considerá-lo dentro do contexto histórico, inserido em um processo constante de subjetivação/objetivação (Lane, 2002, p.12).

Do primeiro bloco de questões, relacionadas às características pessoais dos alunos, resultou a sistematização apresentada no Quadro 1:

Quadro 1: Caracterização dos alunos indígenas do curso de Pedagogia Campus-Palmas, com vínculo em 2019

SEXO	ETNIA	IDADE	ESTADO CIVIL	PROLE
FEMININO	ÃWA (AVA-CANOEIRO)	27 ANOS	CASADA	NÃO
MASCULINO	XERENTE	25 ANOS	SOLTEIRO	2
MASCULINO	XERENTE	24 ANOS	SOLTEIRO	1
FEMININO	XERENTE	23 ANOS	SOLTEIRA	1
FEMININO	XERENTE	38 ANOS	SOLTEIRA	3 (OU MAIS)
MASCULINO	JAVAÉ	23 ANOS	SOLTEIRO	2

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do questionário.

Nestas quatro primeiras questões temos delimitadas as características de identidade, dos alunos. As informações tornam possível “visualizar” mentalmente quem são eles. Temos então três homens e três mulheres, dos quais dois pertencem à etnia Xerente e um à etnia Javaé; duas pertencem à etnia Xerente e outra à etnia Awã-Canoeiro, respectivamente. Dos seis respondentes, apenas um declarou não possuir filhos. Todos afirmaram serem heterossexuais e idade entre 23 e 28 anos.

Dos que aceitaram responder ao questionário, 66,67% pertencem à etnia Xerente. O povo Xerente representa uma das sete etnias em que estão compreendidos os povos indígenas no Tocantins. Suas terras localizam-se ao leste do Rio Tocantins, entre o território Xerente e Funil. No meio está a cidade de Tocantínia, onde habitam indígenas e não indígenas. Compreender a visão e a cosmologia desse povo é importante para os responsáveis pelo curso e pelos docentes, a fim de que possam orientar o processo de tomada de decisão relativamente aos aspectos didáticos e comunicacionais. Segundo Paula (1999),

Os estudos sobre os povos Jê (Xerente) apontam como sua característica principal a convivência de um sistema tecnológico "simples" - adaptado às condições ambientais - com um sistema sociocultural extremamente complexo. Tais sistemas organizam-se através de um dualismo estrutural que se manifesta por uma multiplicidade de metades nos planos sociais. No caso Xerente, isto encontra expressão nos complexos rituais, grupos cerimoniais masculinos, grupos de nomeação, classes de idade, times esportivos, etc., organizados a partir de relações de parentesco (PAULA, 1999, n. p.).

Vários elementos, sejam eles internos (do próprio povo) ou externos (da cultura dos “brancos”), configuram o *modus operandi* do povo Xerente. Entre esses elementos, destacam-se a forte presença dos elementos da natureza, mesclados com a influência da cultura religiosa (tanto protestante quanto católica) (PAULA, 1999).

Quanto à identificação sexual, os alunos tinham as seguintes opções: heterossexual, homossexual (gay, lésbica), bissexual, e transexual ou travesti. Dos seis alunos, cinco marcaram a opção *heterossexual*. No formulário havia ainda a opção “outro”, para que o aluno que não se identificasse com nenhuma das alternativas acima, pudesse inserir a que lhe representasse. Um único aluno utilizou o espaço para inserir a categoria “masculino”. Entendemos que o aluno queria dizer que era heterossexual, mas supõe-se que ele não entendeu as terminologias adotadas, e por necessidade de dizer que não era homossexual (heteronormatividade³), inseriu então uma categoria, conforme o seu entendimento. (BUTLER, 2003). São essas as pessoas que correspondem à parcela de alunos indígenas em nosso curso. Sobre pessoas, ainda segundo Lane (2019), temos: “Uma pessoa é a síntese do particular e do universal, ou seja, sua individualidade se constitui, necessariamente, na relação objetiva com o seu meio físico, geográfico, histórico, social...” (Lane, 2002, p.12).

Um segundo bloco foi o de perguntas relacionadas à residência, deslocamento e sobre alguma política de assistência que porventura estes alunos poderiam receber. Questionamos: Atualmente, onde você vive? Durante o ensino presencial, como você vinha para a Universidade Federal do Tocantins?⁴ Você é beneficiado(a) por algum auxílio ou política assistencial estudantil promovida pela universidade? (bolsas, auxílio permanência, moradia estudantil, *chips* de internet)?

Dos seis alunos participantes, dois declararam residir na aldeia/comunidade, dois disseram morar na cidade e outros dois afirmaram morar na Casa do Estudante/Moradia Universitária. Todos os alunos declararam que utilizavam o ônibus como meio de locomoção para chegar até a universidade, mesmo aqueles que afirmaram morar na cidade, na aldeia/comunidade ou na casa do estudante. Quatro dos seis respondentes, (66,7%) declararam que eram/são beneficiados por algum tipo de assistência estudantil. Dois deles (33,3%) disseram não serem beneficiados nem receberem quaisquer tipos de auxílios. "Nosso maior desafio é a condição social dos

³ A heteronormatividade nada mais é do que uma imposição social para ser ou se comportar de acordo com os papéis de cada gênero. Sofremos com a heteronormatividade uma vez que entendemos que existe uma norma, uma imposição, para que todos se comportem (e sejam) como heterossexuais. Dessa forma, quem não se encaixa com o “padrão” acaba sofrendo *bullying*, sendo marginalizado ou ignorado (MIRANDA, 2021).

⁴ O questionário foi aplicado de maneira remota durante a Pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus SarsCov-2, por isso, a pergunta no tempo pretérito e com referência à modalidade de ensino presencial.

estudantes, porque todos têm uma condição social extremamente baixa. Muitos não têm dinheiro para alimentação, comprar materiais de estudo e ainda se manterem na Capital, por exemplo" (LIMA, 2021)

Por fim, no último bloco, fizemos perguntas diretamente ligadas à situação deles no curso. As perguntas envolviam a motivação da escolha pelo curso de Pedagogia e se, após o término do curso, voltariam às suas aldeias/comunidades, e o estágio em que se encontravam no curso, foram as perguntas realizadas.

Nesse sentido, dois alunos cursavam o 5º Período, e um aluno em cada um dos períodos: 6º período, 8º Período, 9º Período e 10º Período.

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas, de acordo com as distribuições das disciplinas, levando em consideração que nem todas as disciplinas são ofertadas igualmente nos semestres (ou por falta de professor, ou pela configuração da disciplina, como, por exemplo, a disciplina de Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia, ofertada um semestre sim, outro não) têm duração prevista de nove semestres letivos para sua integralização, reservando preferencialmente o último para a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A integralização do currículo é viável antes desse prazo, se forem cursadas as disciplinas em regime de oferta especial, ministradas no período de férias, conhecidas pelos alunos como “disciplinas de verão”. Porém, identifica-se um aluno cursando o 10º período. A resposta pode estar relacionada simplesmente ao fato de que o(a) aluno(a) tenha reprovado ou cursado um número menor que cinco disciplinas (matriz fechada) durante o semestre, ou também pode estar relacionada com a suspensão do ano letivo de 2020, em decorrência da Pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus SarsCov-2, ano em que não foram ministradas aulas em nenhuma das modalidades. Como no questionário não há perguntas que mencionem possíveis situações que tenham sido afetadas pela pandemia, consideramos esta uma limitação do estudo.

Compreender a motivação que orienta a escolha profissional pode se constituir um indicador importante para o processo de organização do ensino. Nesse sentido, perguntamos: Por que você escolheu o curso de Pedagogia? As respostas obtidas foram: *Decidi ficar no curso de Pedagogia porque acredito numa educação libertadora, e sei como posso ajudar o meu povo sendo educadora. Cresci muito como pessoa, ser humano, indígena e militante durante os anos de graduação. O curso de Pedagogia tem sido fundamental para o desenvolvimento do meu pensamento crítico.*

1. *escolhi este curso de acordo a minha realidade dentro da minha comunidade da aldeia, pois se faz necessário.*
2. *Por saber ficar bem informado nas inovações que o mercado trás mais sim por amor e ensinar educação infantil e ensino fundamental com isso possa ter acompanhamento da formação das crianças.*
3. *Por facilidade de empregos, principalmente na área indígena.*
4. *Porque gosto da área educação.*
5. *Se tornar um bom professor e transformar as pessoas ser melhor⁵*

A partir da análise dessas repostas, foi possível identificar três categorias: a vocação, o mercado de trabalho e as necessidades da aldeia. O conceito de vocação, tal qual conhecemos hoje, como destino ou tarefa assinalada para cada um, apareceu primeiramente nas traduções bíblicas protestantes de Martinho Lutero. Antes o termo era designado apenas para tratar de algo relacionado ao sagrado, como, por exemplo, a vocação para o sacerdócio. (BASSO, 2006). O “gostar da educação” e o ato de “transformar as pessoas” estão atrelados ao fato de que, noutro momento, um professor impactou de maneira positiva a vida desse aluno e o fez tomar gosto pela educação, visando para o seu futuro a mesma formação constituída pela experiência, pois, segundo Silva, JC; Machado, D.K; Moreira, M.Z (2020), a identidade profissional é o conceito que coloca as pessoas dentro dos seus contextos ocupacionais e marcam o engajamento delas na profissão e o investimento na construção de suas trajetórias, mas a identidade profissional resulta de modo particular de representação profissional que juntam crenças e valores. A sociologia das profissões afirma que essa identidade é responsável pela operacionalização dos significados que são construídos na profissão.

Outra categoria é a preocupação dos sujeitos da pesquisa com as oportunidades propostas pelo mercado de trabalho. É crescente a demanda por profissionais de educação em todo o País, fato relacionado ao grande número de professores que se aposentam todos os anos e a baixa procura de jovens por cursos de licenciaturas nas universidades brasileiras. Nesse contexto, as secretarias de educação de estados e municípios, estão em constante busca por profissionais para contratações temporárias ou mesmo para provimento de concursos públicos. Diante do exposto e das condições em que este aluno vive/viveu, estar num curso no qual suas chances de oportunidade de trabalho são elevadas consideravelmente, o fazem ponderar na escolha de sua formação (MACHADO, 2017).

Por fim, a preocupação com a necessidade da sua própria aldeia/comunidade está também atrelada à problemática do mercado de trabalho. Na aldeia, certamente se faz necessária

⁵ Transcrição literal, de respostas ao questionário pelos alunos indígenas do Curso de Pedagogia.

a presença do professor para ministrar aulas às crianças indígenas. Daí a importância de a universidade oferecer melhores políticas de acesso e permanência para que os alunos indígenas venham a se capacitar e possam retornar para suas comunidades e compartilhar os conhecimentos adquiridos com o seu povo. A educação recebida na universidade, além de preparar os alunos indígenas para o mercado de trabalho e suas oportunidades, os prepara também para a luta e manutenção de seus direitos:

A inserção indígena em um processo de educação inerente a civilização ocidental, desenvolvido em um espaço próprio que é a escola, iniciou-se desde a chegada do não indígena ao continente americano. Não se pode negar o papel desenvolvido pela educação e pela escola no processo de conquista destas populações, uma vez que estes contribuíram para a inserção de valores morais inexistentes entre os indígenas. No entanto, mesmo que inicialmente pensado como meio de “civilizar” os indígenas, hoje a escola é vista por estas populações como ferramenta de luta na obtenção e manutenção de seus direitos (BUSOLLI, 2016, p.257).

Com vista a compreender as razões da permanência, ou seja, não evasão, investigamos sobre o que lhe permite ou o faz se manter na universidade. As respostas obtidas foram:

1. *1º Minha força de vontade 2º Apoio do meu esposo/Não sou mais bolsista. 3º Apoio e acolhimento de alguns colegas e professores que me fazem sentir bem no ambiente acadêmico e estendem a mão quando preciso.*
2. *o meu foco é tentar a conclusão do curso, porém, a minha situação é tão crítica para a conclusão do curso.*
3. *O que possibilitou pra min a continuar no curso que eu foi insentivado pelas familiares mesmo de tantas dificuldades*
4. *Me dedicar pra ser um excelente profissional e dar um futuro melhor para minha filha.*
5. *É ter muito esforço e enfrentar.*⁶

Mais que o esforço pessoal do aluno, uma série de outros aspectos envolvendo condições sociais e econômicas reverberam no momento de tomar a decisão sobre continuar, ou não, no curso. Todas as respostas apresentadas acima são motivos mais que válidos para que o aluno continue no curso. O apoio da família (pai, mãe, marido, filhos etc.), a acolhida dos colegas e dos professores e, claro, a força de vontade do próprio aluno. Mas, diante das respostas apresentadas, a de número quatro nos chamou a atenção, quando uma aluna diz que continua no curso para dar um futuro melhor para a filha.

⁶ Transcrição literal, de respostas dadas via questionário, de alunos indígenas do Curso de Pedagogia. Um aluno deixou de responder a essa questão, por isso apenas cinco respostas.

Para as mulheres brasileiras, sobretudo para as negras, indígenas e quilombolas e/ou das camadas populares, a educação sempre foi vista como uma ferramenta de luta e de resistência. Ferramenta pela qual essas mulheres tentam garantir um futuro melhor para elas e para as suas famílias. Na pesquisa intitulada “Índigena-mulher-mãe-universitária: o estar sendo estudante na UFRGS”, Brito (2016) indica o papel ímpar da educação na vida das mulheres indígenas sul-rio-grandenses, pois [...] veem o acesso e a conclusão do ensino superior como estratégia para atender à necessidade de profissionais que atuem em setores importantes de suas comunidades, bem como para o fortalecimento do movimento indígena como um todo (BRITO, 2016, p. 9).

As dificuldades inerentes à vida acadêmica associam-se ao papel que a mulher exerce na aldeia (que pode variar de acordo com a etnia e a cultura). Ela encontra na universidade mais que um diploma, a oportunidade de ser reconhecida e respeitada pelos seus pares (Brito, 2016).

Semelhante ao que ocorre no Rio Grande do Sul, em Palmas, as estudantes, demonstram que gostariam de voltar às suas comunidades após o término do curso. Dos seis alunos que aceitaram participar desta pesquisa, 66,66% responderam que pretendem voltar para a aldeia após integralizarem seus currículos. Indagados sobre quais motivos os levaram a escolher o Curso de Pedagogia, além de vocação, ou amor à educação, algumas respostas como “*escolhi este curso de acordo a minha realidade dentro da minha comunidade da aldeia, pois se faz necessário*” e “*Por facilidade de empregos, principalmente na área indígena*” corroboram com os achados de Brito (2016).

Em “A importância do ato de ler em três artigos que se completam”, Paulo Freire trata sobre a natureza política do processo educativo. Segundo ele, não existe educação “neutra”, isso porque a educação sempre esteve atrelada ao poder e serve, conseqüentemente, aos interesses de quem detém esse poder. A educação de mulheres assim como as mulheres negras, indígenas e quilombolas, é percebida como uma ameaça, pois a sociedade em que vivemos acredita que a mulher instruída, com uma profissão e independente, representa um risco para a instituição “família” (VIEIRA, 2013; REMÉDIOS, 2019; VARTULI, 2011; GRUBITS, 2014).

A educação para as mulheres representa não apenas uma oportunidade de melhoria de vida, de ter um diploma, de poder ter melhores condições de trabalho, como também a oportunidade de se impor e garantir o seu lugar (que é seu por direito) na sociedade masculinista. As mulheres nunca puderam “ser” o que quiseram, porque o seu “eu” sempre foi tratado como secundário, suas vontades, sentimentos e aspirações viriam depois de atendidas às vontades do homem, negando sua identidade e sua essência. Resumindo: “[...] uma recusa a conceder liberdade e

autonomia às mulheres, tal como as pretensamente desfrutadas pelos homens” (BUTLER, 2019). Longe de ser apenas um “Problema de Gênero”, como diria

Butler, A educação de mulheres no Brasil, sempre foi um problema político (RISTOFF, 2006).

4 SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA A PARTIR DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA PALMAS

O ano é 2004, um ano após a sua criação, a Universidade Federal do Tocantins regimentou academicamente as ações afirmativas para alunos indígenas, negros e quilombolas; foi a primeira no Brasil a instituir o sistema de cotas como efetiva política de acesso para alunos indígenas e quilombolas. Com isso, no período de 2008 a 2020, um total de 183 estudantes negros, quilombolas ou indígenas ingressaram e concluíram formação superior nos campus da universidade (SANTOS, F., 2018).

Nos cursos de graduação, a Universidade do Tocantins destina 60% das vagas para as cotas raciais e sociais, dadas as condições em que a universidade está configurada, sendo a maior universidade do estado do Tocantins, sua estrutura e disposição geográfica refletem os diferentes povos, costumes e culturas que frequentam os seus espaços.

SISU 2017

Estudantes da rede pública, pretos, pardos e indígenas são maioria entre os novos alunos da UFT

Por Bianca Zanella | Publicado: Terça, 14 de Fevereiro de 2017, 15h23 | Última atualização em Terça, 14 de Fevereiro de 2017, 19h38



Estudantes oriundos de escolas públicas, originários da Região Norte, pretos, pardos e indígenas são maioria entre os ingressantes na Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em 2017.

De acordo com dados do perfil socioeconômico dos aprovados e matriculados na primeira chamada regular do processo seletivo, 77% das 996 vagas de cursos de graduação da UFT já ocupadas, tanto no primeiro quanto no segundo semestres deste ano, foram destinadas a alunos que cursaram o Ensino Médio na rede pública. Além disso, 76% do total dos novos alunos se declararam pretos, pardos ou indígenas.

Fonte: Site da UFT – Matéria veiculada em 14/2/2017.

Garantido o acesso, o desafio da gestão pedagógica passa a ser a permanência com êxito, pois imediatamente após o ingresso, algumas dificuldades começam a surgir, entre elas o deslocamento entre a comunidade indígena e a universidade. Santos F. afirma que,

Após ser dado o primeiro passo, ou seja, estar de fato matriculado na instituição de ensino superior, os índios passam a pertencer, pode-se assim dizer, a duas realidades distintas: o espaço acadêmico e a comunidade a que pertence. Devido às distâncias longas entre as universidades e as aldeias, os índios passam a ocupar os espaços acadêmicos, ou até mesmo, morar nas cidades em que os cursos são ofertados (SANTOS, F., 2018, p.94).

Os alunos indígenas do curso de Pedagogia do campus de Palmas, quando questionados sobre quais as principais dificuldades enfrentadas na universidade, além do racismo e preconceito (que trataremos mais à frente) queixam-se ou pedem atenção a questões relacionadas à moradia e ao deslocamento, nos seguintes termos: *“Melhoras as políticas públicas voltadas para situação financeira, moradia dos alunos indígenas; É o horário de voltar pra casa depois da aula; Poderia ter só uma van na casa do estudante⁷”*. Ou seja, percebe-se que há falhas na assistência prestada e problemas no deslocamento dos estudantes sejam da aldeia até a universidade ou da própria casa do estudante até a universidade. Embora a maioria, 66,7% dos que responderam ao questionário afirmarem que recebem alguma espécie de bolsa ou auxílio para viabilizarem sua permanência e ajudar a custear as despesas, apenas 16,7% têm acesso à casa do estudante.

Outro aspecto é o deslocamento dos estudantes até a universidade. 50% dos respondentes, alunos do curso de Pedagogia campus de Palmas residem na aldeia e utilizam o ônibus como meio de transporte, cujo horário de retorno à aldeia ocorre antes do término do horário de aula. Se os alunos que residem em comunidades (aldeias) no município de Tocantínia perdem o único ônibus disponível, ficam sem condições de retornarem para suas residências; por isso, de modo recorrente, saem antes de a aula acabar, o que prejudica o aproveitamento dos alunos e a dinâmica do ensino na modalidade presencial.

Estudos de Fritsch; Rocha; e Vitelli (2015) resultaram na construção de um modelo estatístico para predizer, com a máxima exatidão possível, a probabilidade de um aluno se evadir, e identificaram que as variáveis mais significativas estão relacionadas a fatores sociais, econômicos, de desempenho acadêmico e de escolha profissional, nesta ordem.

A pesquisa no curso de Pedagogia de Palmas indicou ainda, numa só fala, outro aspecto diretamente ligado à decisão de permanecer, ou não, na universidade: o preconceito.

⁷ Transcrição literal, de respostas dadas via questionário, de alunos indígenas do Curso de Pedagogia.

Em “Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas”, Milanez et al. (2019) apontam um vazio na literatura acerca do racismo contra os indígenas. Segundo os autores, o próprio termo racismo vem sendo contestado, sobretudo quando aplicado ao contexto dos povos indígenas, considerado por muitos como inapropriado. Apesar de todos os esforços para promover um ambiente de igualdade e respeito, os episódios racistas e preconceituosos ocorrem, e isso pesa na decisão entre permanecer na universidade, ou não. Como expressou uma aluna:

O racismo e o preconceito que os alunos não indígenas têm conosco, porque somos bolsistas e entramos na universidade por sistema de cota. Assim, como ter que lidar com o pensamento colonialista dos colegas que apenas ouviram falar dos povos indígenas dentro da escola, cheias de estereótipos. Ter que lidar com a diferença cultural é terrível, quando somos ingressados em uma cultura dominante (Indígena do Curso de Pedagogia, 2021).

Questionados sobre o que o curso poderia fazer para tentar minimizar ou sanar as dificuldades encontradas pelos acadêmicos indígenas no decorrer do curso, racismo é revelado:

Conhecer a realidade de cada aluno de perto, para saber o que está afetando o coeficiente (de desempenho)⁸. Assim, como ajudar a lidar com o racismo, ódio e o preconceito. Desenvolver projetos de conscientização e respeito aos povos indígenas, dando ênfase no acolhimento dos indígenas que ingressam na universidade (Aluna Indígena do Curso de Pedagogia).

O preconceito é um mal que está presente em nossa sociedade de maneira estrutural. (SANSON, 2014; BERSANI, 2018; ALMEIDA, 2019). Negar a sua existência, por si só já deveria ser considerado um ato preconceituoso. Pelas respostas às perguntas do questionário, podemos concluir que referida aluna, certamente foi vítima de discriminação por sua condição racial ou presenciou fato que a levou a reconhecê-lo como discriminação. Episódios como esse têm um peso significativo na decisão de deixar a universidade, embora não tenham sido explicitados de modo recorrente nesta pesquisa. Permanecer em ficar num lugar onde não se é aceito envolve grande desgaste psicológico.

A universidade não apoia atos ou atitudes discriminatórias com alunos, professores, funcionários ou outros colaboradores. Porém, as ações de controle sobre tais atos devem ser

⁸ Complementação dos autores

intensificadas. Incentivar que os alunos denunciem essas atitudes criando mecanismos seguros de denúncia e efetiva investigação e punição dos responsáveis. Não cabem atitudes amistosas, é necessário que sejamos menos tolerantes com práticas racistas e preconceituosas, uma vez que se trata de crime⁹. O ambiente educacional propicia a criação e a implementação de campanhas permanentes de formação, sejam informacionais, via campanhas de comunicação, ou formais, como atividades de extensão creditadas que tenham como temática a cultura e a valorização dos indígenas e da sua cultura de modo mais explícito no currículo e no ensino.

Pelas respostas também foi possível identificar outra categoria que merece atenção: a relação ensino-aprendizagem. Os alunos relataram dificuldades na aprendizagem, na assimilação dos conteúdos e com a compreensão da linguagem utilizada em sala de aula. Ao contrário dos “brancos”, que têm a língua portuguesa como sendo sua língua mãe, os indígenas possuem diversas línguas e dialetos que variam de acordo com a etnia e tronco a que pertencem (VEIGA, 2001).

Enquanto estudante-pesquisador durante os anos de 2017-2021 no Curso de Pedagogia, percebo que alguns docentes do curso não estão preparados para lidar com realidades diferentes das suas. Negam a cultura e os saberes dos alunos indígenas, bem como os alunos quilombolas, e o pior de tudo: não abrem espaço para que os alunos sintam-se acolhidos e sujeitos do processo de sua formação mediada pelo ambiente científico-acadêmico.

Outros docentes, não sabem como fazer para que essa integração ocorra, temem questionar, não sabem como abordar o aluno e fazê-lo interagir e integrar-se com o restante da turma. Nesse sentido, Santos F. (2018) questionou docentes de diferentes cursos sobre os saberes que os estudantes indígenas carregam e o saber científico, se existia essa interlocução entre os saberes. Ao que estes responderam, maioritariamente, constatou-se que havia pouco, ou simplesmente não havia diálogo ou espaço para serem discutidos os saberes destes alunos em sala de aula. Destacamos o momento em que a autora indaga os docentes “*sobre como a UFT poderia auxiliá-los na condução da diversidade de povos na sala de aula*”, a maioria afirmou a necessidade de formação continuada sobre os povos tradicionais e suas culturas. Essa constatação é válida para o curso de Pedagogia do campus de Palmas e deve ser operacionalizada pela dimensão competente da universidade.

⁹ Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Os comentários dos alunos do curso de Pedagogia, bem como as colocações dos docentes presentes na pesquisa de Santos F., apontam que os docentes dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins têm, de fato, dificuldade para se relacionarem com os alunos indígenas. No entanto, estes mesmos docentes manifestam grande interesse em conhecer, aprender acerca desses saberes, realidades e culturas, a fim de acolherem melhor seus alunos, e possibilitarem maior desempenho a eles, não apenas no rendimento acadêmico, bem como nas relações subjetivas e intersubjetivas (SANTOS, F., 2018).

Foi mencionada, por um único aluno, a necessidade de um monitor para auxiliá-los com as atividades e trabalhos propostos nas disciplinas. A Universidade Federal do Tocantins oferece monitoria exclusivamente dedicada aos alunos indígenas. O pesquisador esteve na condição de monitor PIMI por dois semestres (2019), período no qual foi procurado poucas vezes como recém-registrado.

A eficácia é a capacidade de produzir um efeito planejado; em relação ao Projeto PIMI é necessário repensar a estratégia; entretanto, tem relevo o fato de que mesmo com a pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus, o Sars-Cov-2, as atividades de monitoria continuaram a ser oferecidas por monitoria digital. Muitos alunos (e também professores) enfrentaram dificuldades com o novo formato das aulas e, nesse momento, a monitoria se fazia presente para auxiliá-los. Quanto aos alunos em vulnerabilidade social e que não dispunham de condições financeiras para adquirirem um computador, ou mesmo custear planos de internet para assistirem às aulas, a Universidade Federal do Tocantins por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), lançou um edital de inclusão digital (Edital nº 050, de 2021, PROEST/UFT) para aquisição de *notebooks* ou *tablets* para que os alunos pudessem acompanhar as aulas em formato remoto. Cerca de seiscentas bolsas no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) foram concedidas pela universidade. Além disso, a universidade ofereceu 1.500 *chips* de internet por meio do Projeto Alunos Conectados RNP/MEC. Todas essas medidas foram tomadas para que os alunos não ficassem desamparados durante a maior pandemia dos últimos 100 anos. A análise do impacto desta reação necessitará ser estudada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santos F. (2018), em sua pesquisa, mostrou que as condições de acesso por parte dos alunos indígenas à Universidade Federal do Tocantins melhoraram significativamente nos últimos doze anos. Entretanto, a autora destaca, e nós reiteramos, que as políticas de permanência requerem ainda mais atenção. Diante de tudo o que vimos e de todas as situações

expostas pelos alunos, em contraponto com os comentários realizados pelos docentes no trabalho de Santos F. (2018), percebemos que é urgente a busca por melhorias relacionadas à Casa do Estudante; investimento na formação continuada dos docentes, relacionados à cultura e saberes indígenas, a fim de proporcionar uma abordagem didática mais adequada.

A implementação de uma estratégia de acolhimento prolongado aos moldes do que se denomina “Programa de Ambientação e Integração de Pessoal” nas empresas, visa ambientar, integrar, socializar, orientar e acolher os novos alunos indígenas e integrá-los ao ambiente acadêmico criando laços de confiança com e entre os alunos (LISBOA, NEVES, 2019). Em complementação a esta abordagem inicial, deve-se adotar a prática de avaliação de desempenho contínua para consolidar o acompanhamento constante aos moldes de uma mentoria (CARVALHO, 2003), ajudando o curso e o aluno indígena a alcançarem o desempenho mínimo, minimizando a reprovação e a evasão e, principalmente no desenvolvimento profissional.

Observou-se que o racismo, assim como as questões relacionadas à moradia universitária e deslocamento, bem como a relação entre professor e aluno também se destacaram entre os aspectos que podem influenciar consideravelmente a decisão dos alunos indígenas entre continuarem, ou não, curso (LIMA, s.d.). Nos dias de hoje, é impensável que situações de discriminação sejam por raça, cor, crenças, ou envolvendo gênero e orientação sexual ainda ocorram, sobretudo em espaços de elevado nível de instrução, como a universidade. Apesar de condenar veementemente qualquer tipo de preconceito e conscientizar a comunidade acadêmica sobre o respeito nas relações subjetivas, a universidade precisa considerar mecanismos mais efetivos para identificação e punição para aqueles que cometem práticas discriminatórias. Políticas Repressivas; Políticas de Valorização; Políticas de Combate Direto a Desigualdades; Políticas de Ampliação de espaços de Interlocação/Representatividade Política; e Políticas de Combate ao Racismo Institucional e Estrutural (SANTOS. E, 2018) são algumas medidas que podem ser adotadas para inibir manifestações racistas e discriminatórias no ambiente acadêmico.

Diante de todas as dificuldades elencadas pelos alunos indígenas no decorrer do estudo, destacamos também os pontos positivos que os fazem permanecer no curso de Pedagogia. Seja a realização pessoal ou a possibilidade de oferecer melhores condições de vida para os seus, suas colocações, por meio do questionário, e as contribuições de diversos autores aqui apresentados, revelam que investir na democratização do ensino superior tem possibilitado que esses alunos garantam mais que apenas o diploma, representação e respeito tanto em suas comunidades, quanto nos espaços além delas (SANTOS, F., 2018). É claro que merece atenção a política de permanência desses alunos na universidade. Acreditamos que o caminho para uma melhor

qualidade na assistência estudantil se faz ouvindo melhor os alunos, suas demandas e reivindicações, para que assim, depois de atendidas, nos rendam outra oportunidade de discussão, pois, embora tenham sido apresentados elementos capazes de responder essa pergunta-problema e atingidos os objetivos, houve dificuldades para apreender das respostas, dada a profundidades necessária para compreender o fenômeno.

Outro aspecto está relacionado ao cenário que se constituiu em resposta à Pandemia de Covid-19 que, se analisados, alterariam os achados da pesquisa, uma vez que instituiu o ensino remoto e ações orientadas à inclusão digital.

Além disso, vislumbrou-se, a partir da pesquisa bibliográfica articuladamente às respostas deste estudo, uma potencial condição de continuidade na perspectiva de pesquisa explicativa, procurando responder às questões, como: Por que os programas de permanência da Universidade Federal do Tocantins para os indígenas não são suficientes para induzir a conclusão da graduação em Pedagogia no prazo regular? O conhecimento formal anterior ao ingresso no curso dificulta o aprendizado e conseqüentemente o acompanhamento das disciplinas do curso? Qual a natureza do racismo existente e em que medida se impede a inserção efetiva dos indígenas, desempenho acadêmico insuficiente para concluir a graduação dentro do prazo regular do curso de Pedagogia? O conhecimento adquirido com a educação formal, anterior ao ingresso na Universidade Federal do Tocantins, dificulta o aprendizado? Há racismo estrutural, institucional e práticas de não acessibilidade pedagógica? E como impedem a inserção efetiva dos estudantes no ambiente acadêmico e que tipo de repercussões afetivas e dificuldades geram sobre aprendizagem? As práticas de ensino-aprendizagem são adequadas ao respeito da cultura de povos indígenas que frequentam o curso? Os professores do curso estão dispostos a realizar ações de acompanhamento específico das dificuldades e identificar potencialidades dos estudantes indígenas? Um estudo nesse sentido poderá ser embasado por diferentes perspectivas teórico-metodológicas, mas, de pronto, identifica-se a dos direitos humanos e discussão decolonial na perspectiva de Suze Piza, pois adota uma abordagem crítica dos direitos humanos e dá atenção específica ao que se denomina “Teorias do Sul” sem ignorar as contribuições de direito internacional de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural. Feminismos Plurais** / coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. ATLAS TOPONÍMICO INDÍGENA DO ESTADO DO TOCANTINS - PROJETO ATIVO. 2006. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística, Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde24032008-132238/publico/TESE_KARYLLEILA_SANTOS. Acesso em: 24 fev. 2022.
- BASSO, Silvia Eliane de Oliveira. O conceito de vocação em Max Weber. **Akrópolis** - Revista de Ciências Humanas da Unipar, Umuarama - PR, v. 14, n. 1, p. 25-30, jan./mar. 2006.
- BERSANI, Humberto. Aportes Teóricos e Reflexões sobre o Racismo Estrutural no Brasil. **Extraprensa**, São Paulo, v. 11, nº 2, p. 175-196, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRITO, Patrícia Oliveira. **Indígena-mulher-mãe-universitária**: o estar-sendo estudante na UFRGS. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BUSOLLI, Jonathan. A terra indígena Pó mág, tabaí/rs, no contexto das movimentações de reterritorialidade Kaingang e busca pela garantia dos direitos constitucionais. **Revista Signos**, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 249-274, 23 dez. 2016. Editora Univates. <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v37i2a2016.1093>.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 17. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2019. 288 p. Tradução de: Renato Aguiar.
- CARVALHO, Mônica Gonçalves de. O fenômeno da mentoria na vivência dos médicos residentes: o caso dos hospitais universitários de Pernambuco. Dissertação (mestrado em administração). Departamento de Ciências Administrativas UFPE, Recife – PE, 2003.
- FERNANDES, Fernanda. A história da educação feminina. 2019. **MultiRio** - A mídia educativa da cidade. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagensartigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina> Acesso em: 20 out. 2021.
- FRITSCH, R.; ROCHA, C.; VITELLI, R. F. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação em Questão**, 52 (38), 81-108, 2015. Disponível em: Acesso em: 21 abr. 2022.
- GRUBITS, Sonia. Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 116-125, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000100013>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Coordenação de População e Indicadores. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 12 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A dialética da subjetividade versus a objetividade. In O. Furtado, Odair & F. González-Rey (Eds.), Por uma epistemologia da subjetividade: Um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais (pp. 11-17). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 2002.

LIBÂNIO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos: Inquietações e Buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

LIMA, Arthur Candido. Disparidade racial e preconceito: população indígena, dados e análises: O racismo estrutural e o preconceito em relação à população indígena. In: **Meu Artigo - Brasil Escola**/ UOL. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/disparidade-racial-preconceitopopulacao-indigena-dados-analises.htm>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LIMA, Samuel. Universidade Federal do Tocantins. Dia Internacional dos Povos Indígenas: desafios e ações no ensino superior. Disponível em: <https://shre.ink/TjA>. Acesso em: 22 ago. 2021

LISBÔA, Flávia Marinho; NEVES, Ivânia dos Santos. Sobre alunos indígenas na universidade: dispositivos e produção de subjetividades. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 40, dez. 2019. **FapUNIFESP** (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302019219239>.

MACHADO, Ilze M. Coelho. PROFESSORES E SUA ESCOLHA PELA DOCÊNCIA. In: XIII CONGRESSO EDUCERE, 13., 2017, Curitiba. Anais... . Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2017. p. 14745-14757. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26695_13326.pdf. Acesso em: 27 maio 2022.

MILANEZ, Felipe; SÁ, Lucia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe Sotto Maior; RAMOS, Elisa Urbano; JESUS, Genilson dos Santos de. Existência e Diferença: o racismo contra os povos indígenas. Revista Direito e Práxis, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 2161-2181, set. 2019. **FapUNIFESP** (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43886>.

MIRANDA, Nathalia. In: Amaro Inspire. Não existe “coisa de menina”: entenda mais sobre heteronormatividade com Rita von Hunty e Fábio Manzoli. 2021. Disponível em: [https://amaro.com/blog/br/estilo-de-vida/heteronormatividade/#:~:text=dia%20a%20dia,-,O%20que%20%C3%A9%20heteronormatividade%3F,\(e%20sejam\)%20como%20heterossexuais](https://amaro.com/blog/br/estilo-de-vida/heteronormatividade/#:~:text=dia%20a%20dia,-,O%20que%20%C3%A9%20heteronormatividade%3F,(e%20sejam)%20como%20heterossexuais). Acesso em: 21 mar. 2022.

MORENO, Ana Carolina. In: G1. Dia das Professoras: nove em cada dez estudantes de pedagogia são mulheres e maioria faz curso a distância.. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/dia-das-professoras-nove-em->

[cadadez-estudantes-de-pedagogia-sao-mulheres-e-maioria-faz-curso-a-distancia.ghtml](#). Acesso em: 24 fev. 2022.

PAULA, Luís Roberto de. Xerente: povos indígenas no Brasil. Povos Indígenas no Brasil. 1999. **Instituto Socioambiental** - ISA. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xerente> Acesso em: 13 abr. 2022.

REMÉDIOS, Maria José. (2019). O Liceo fabrica 'Fadas do lar'. Actuações da Mocidade Portuguesa Feminina nun liceo de Lisboa. Sarmiento. **Revista Galego-Portuguesa de História da Educação**, 23, 233-255. <https://doi.org/10.17979/srgphe.2019.23.0.5891> .

RISTOFF, Dilvo. A trajetória da mulher na educação brasileira. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 14, p. 95-110, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23601/19256>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SANSON, Cesar. Por que o racismo contra indígenas é o maior de todos no Brasil? 2014. **Instituto Humanistas Unisinos**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/532997-por-que-o-racismo-contra-indigenas-e-o-maiorde-todos-no-brasil>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SANTOS, Maria Santana Ferreira dos. Da aldeia à universidade - os estudantes indígenas no diálogo de saberes tradicional e científico na UFT. 169 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGÉ, Faculdade de Educação - FE, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2018.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ações Afirmativas no combate ao racismo: uma análise da recente experiência brasileira de promoção políticas públicas. **Revista Quaestio Iuris**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 2101-2128, 31 jul. 2018. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rqi.2018.30413>. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/30413>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SECOM, Secretaria da Comunicação. Símbolos do Tocantins. 2004. Disponível em: www.to.gov.br/secom/noticias/simbolos-do-tocantins/7d2r9947ue4c Acesso em: 8 fev. 2022.

SILVA, JC; MACHADO, D.K; MOREIRA, M.Z. Tensões na identidade profissional: Uma revisão sistemática e proposta de agenda de pesquisa. XXIII SEMEAD Seminários em Administração, **Anais**, novembro de 2020. Disponível em: https://login.semead.com.br/23semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=516. Acesso em: 29 abr. 2022.

SOUSA, Rainer Gonçalves. In: UOL, **Mundo Educação**. Os Jesuítas no Brasil.. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/os-jesuitas-no-brasil.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

VARTULI, Silvia Maria Amâncio Rachi. Mulheres instruídas na América Portuguesa: práticas e afazeres no lar e na vida. **E-Hum**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 78-97, jul. 2011. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/436/236>. Acesso em: 18 mar. 2022.

VEIGA, Juracilda; Salanova, Andrés (Orgs.). Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola./ Darlene Taukane... (et al). – Brasília: FUNAI/DEDOC, Campinas/ALB, 2001.

VIEIRA, Débora Magali Miranda. A escola normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890 - 1914). 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15230/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O.%20DeboraMagaliMiranda.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.